



# F.D.A Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A. • CNPJ nº 35.742.218/0001-04

## À Acionista

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2023, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

## A Companhia

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

### FDA em números

	2023	2022	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	895.047	938.780	(4,7)
Caixa e equivalentes de caixa	353.241	284.624	24,1
Títulos e valores mobiliários	16.388	14.750	11,1
Receita operacional bruta	847.270	831.376	1,9
Deduções da receita	(91.821)	(88.374)	3,9
Receita operacional líquida	755.449	743.002	1,7
Custos e despesas operacionais	(432.953)	(398.843)	8,6
Resultado das atividades	322.496	344.159	(6,3)
Ebitda ou Lajida	450.228	478.591	(5,9)
Resultado financeiro	26.634	24.714	7,8
IRPJ/CSSL	115.615	123.452	(6,3)
Lucro operacional	349.130	368.873	(5,4)
Lucro líquido do exercício	233.515	245.421	(4,9)
Patrimônio líquido	634.052	563.168	12,6
Dividendos	221.839	233.150	(4,9)
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	2,0	1,3	53,8
Liquidez geral (índice)	1,8	1,0	80,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	59,6	64,4	(7,5)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	46,2	49,6	(6,9)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	30,9	33,0	(6,4)
Participação de capital de terceiros (%)	29,2	40,0	(27,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	41,5	35,0	18,6

(1) LL = (PL inicial)

## 1. Gestão Esg (Ambiental, Social e Governança)

A FDA tem a tradição do grupo Copel, que é pioneira na gestão de questões ambientais, sociais e de governança corporativa. Ao longo de sua história, a Copel consolidou-se como um grupo comprometido em prover energia e soluções para o desenvolvimento sustentável da sociedade, sendo o primeiro do setor elétrico a aderir ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 2000.

O crescimento econômico, a responsabilidade socioambiental, a inovação e a excelência em governança são conceitos intrínsecos à estratégia de negócios da Companhia e a Copel tem orgulho de estar na vanguarda da preservação da biodiversidade e de programas socioambientais, conforme as diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia.

Para difundir e materializar esse compromisso, a Copel desenvolve ações e programas que beneficiam a comunidade, o meio ambiente e o público interno. A trajetória da Copel rumo à sustentabilidade prioriza a inovação nos processos, a qualidade dos serviços prestados e a transparência na gestão. Outras informações sobre as práticas adotadas pela Companhia e o desenvolvimento sustentável podem ser acessadas no endereço <https://copelsustentabilidade.com>.

### Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

**Visão:** Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

**Valores:**

• **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos indivi-

duais alinhados a um objetivo comum.

• **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.

• **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.

• **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.

• **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

• **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

• **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

## 2. Governança Corporativa

A FDA segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel e dos stakeholders. Atualmente, a Controladora (Copel) está listada no Nível 1 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos da Lei Federal nº 6.404/1976, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Controladora cumpre as normas da Securities and Exchange Commission - SEC e da New York Stock Exchange - NYSE, nos Estados Unidos; e do Latibex, da Bolsa y Mercados Españoles, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.

### 2.1. Estrutura de Governança

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Reunida.

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em <https://www.copel.com/hpocweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/>

### 2.2. Integridade

#### Programa de Integridade

Tem por finalidade o correto tratamento aos desvios éticos e de conduta e principalmente a implementação de medidas anticorrupção adotadas para prevenção, detecção e remediação de atos lesivos à Companhia, que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

O programa se destina a todos os empregados, fornecedores, terceirizados, estagiários, prestadores de serviços e contratados e, para cumprimento de sua função, está fundamentado em: liderança e estrutura; análise de risco; políticas e procedimentos; comunicação e treinamentos; e monitoramento do programa; sendo cinco pilares que, de forma interdependente, sustentam o desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de todos os mecanismos adotados.

## 3. Desempenho Operacional

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Aréia) com a assinatura de contrato de Concessão junto à Anel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 575,3 MW médios.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Anel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

Em 24 de novembro de 2022, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autorizou o Estado do Paraná a realizar oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias e/ou units, desta forma, possibilitando a transformação da Copel, Controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação).

Em 11 de agosto de 2023 ocorreu a liquidação financeira da oferta base secundária de ações de titularidade do Estado do Paraná. Em decorrência dessa operação, a Copel cumpriu com os requisitos para fins de obtenção de novo contrato de concessão para a usina de GBM, nos termos da Lei nº 9.074/1995. O novo contrato de concessão deverá ser celebrado com o Poder Concedente em 2024.

## Usina em operação em 31.12.2023 - Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Aréia-FDA)	1.676,0	575,3	100%	1.676,0	575,3	01.10.1980	21.12.2024
<b>TOTAL</b>	<b>1.676,0</b>	<b>575,3</b>		<b>1.676,0</b>	<b>575,3</b>		

### Garantia Física Realizada e Esperada

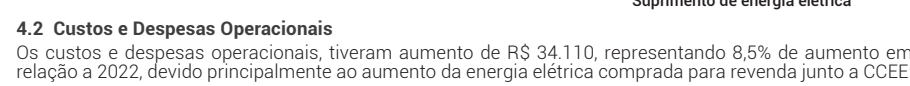
Garantia física GWh/ano proporcional	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Aréia-FDA)	5.288,2	5.039,6	5.036,4	4.972,2	4.972,2	4.972,2	4.985,8
<b>TOTAL</b>	<b>5.288,2</b>	<b>5.039,6</b>	<b>5.036,4</b>	<b>4.972,2</b>	<b>4.972,2</b>	<b>4.972,2</b>	<b>4.985,8</b>

### Modelo de Negócio e Condições no ACR

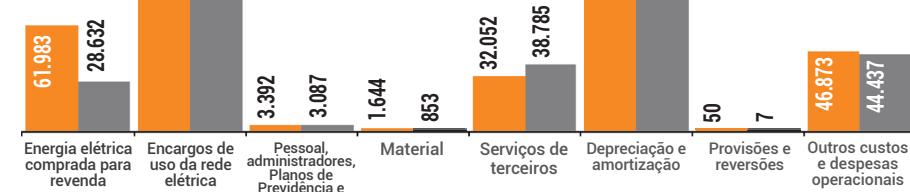
Usinas	Modelo de Negócio em 1º/Jan/2024	Preço no ACR em 1º/Jan/2024	Data e índice de reajuste no ACR
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Aréia-FDA)	100% ACL	não aplicável	não aplicável

## 4. Desempenho Econômico-Financeiro (em milhares de reais)

**4.1 Receita Operacional Líquida**  
Em 2023, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 12.447, representando 1,7% de aumento em relação a 2022, decorrente da maior venda de energia em contratos com a Copel Mercado Livre:



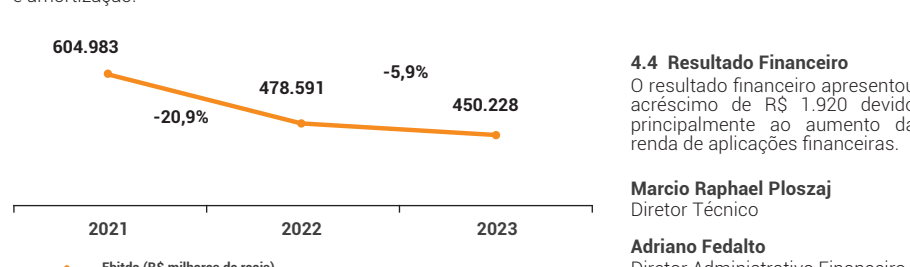
**4.2 Custos e Despesas Operacionais**  
Os custos e despesas operacionais, tiveram aumento de R\$ 34.110, representando 8,5% de aumento em relação a 2022, devido principalmente ao aumento da energia elétrica comprada para revenda junto a CCEE:



### 4.3 Ebitda ou Lajida

Dados Ebitda/Lajida	2023	2022	2021
Lucro líquido	233.515	245.421	361.255
Despesas com tributos sobre os lucros	115.615	123.452	185.275
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(26.634)	(24.714)	(10.865)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>322.496</b>	<b>344.159</b>	<b>536.115</b>
Depreciação e Amortização	127.732	134.432	68.868
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>450.228</b>	<b>478.591</b>	<b>604.983</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	755.449	743.002	702.024
Margem do Ebitda% (Ebitda = ROL)	59,6%	64,4%	86,2%

O Ebitda da Companhia em 2023 foi de R\$ 450.228 apresentando redução de R\$ 28.363 ou 5,9% em relação a 2022, devido a maior compra de energia impactado parcialmente pela redução da redução da depreciação e amortização.



### 4.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 1.920 devido principalmente ao aumento da renda de aplicações financeiras.

**Marcio Raphael Ploszaj**  
Diretor Técnico

**Adriano Fedalto**  
Diretor Administrativo Financeiro

## Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e 2022 em milhares de reais

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

### Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	353.241	284.624
Clientes	5	84.309	88.764
Outros créditos		252	2
Imposto de renda e contribuição social	6	2.586	1.620
Outros tributos a recuperar	6	1.180	1.225
Estoques		16	-
Despesas antecipadas	20	578	569
		<b>442.162</b>	<b>376.804</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	16.388	14.750
Outros tributos a recuperar	6	675	650
Outros créditos		1.859	475
		<b>18.922</b>	<b>15.875</b>
Imobilizado	8	318.527	315.167
Intangível	9	115.436	230.934
		<b>452.885</b>	<b>561.976</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>895.047</b>	<b>938.780</b>

### PASSIVO

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

CIRCULANTE	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
Partes relacionadas	19	865	913
Fornecedores	10,1	23.045	23.379
Imposto de renda e contribuição social	6	122.906	130.875
Outras obrigações fiscais	6	4.871	5.516
Dividendos a pagar	14,3	55.460	125.978
Encargos setoriais a recolher	11	1.177	2.343
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	369	826
Outras contas a pagar	10,2	9.311	7.689
		<b>218.004</b>	<b>297.519</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	35.267	73.025
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	7.724	5.068
		<b>42.991</b>	<b>78.093</b>

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	14,1	409.508	409.508
Reserva legal	14,2	58.164	46.488
Dividendo adicional proposto	14,4	166.380	107.172
		<b>634.052</b>	<b>563.168</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>895.047</b>	<b>938.780</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>			
Custos Operacionais	16	(423.760)	(387.998)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>331.689</b>	<b>355.004</b>
Despesas Operacionais	16	-	-
Despesas com vendas	(2)	(7)	(7)
Despesas gerais e administrativas	(4.647)	(5.708)	(5.708)
Outras despesas operacionais	(4.544)	(5.130)	(5.130)
		<b>(9.193)</b>	<b>(10.838)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO e dos tributos</b>		<b>322.496</b>	<b>344.166</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Receitas financeiras		27.294	25.236
Despesas financeiras		(660)	(522)
		<b>26.634</b>	<b>24.714</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>349.130</b>	<b>368.880</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social	6	(153.372)	(163.186)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37.757	39.734
		<b>(115.615)</b>	<b>(123.452)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>233.515</b>	<b>245.428</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO e DILUÍDO POR AÇÃO - em reais</b>	<b>14,5</b>	<b>0,57024</b>	<b>0,59932</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	31.12.2023	31.12.2022
<b>LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO</b>	<b>233.515</b>	<b>245.428</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>233.515</b>	<b>245.428</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>409.508</b>	<b>34.217</b>	<b>257.394</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>701.119</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	245.421	-	245.421
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	(257.394)	-	-	(257.394)
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	12.271	-	(12.271)	-
Dividendos	14,3	-	-	-	(125.978)	(125.978)
Dividendo adicional proposto	14,3	-	-	107.172	(107.172)	-



- NÉs nos 3.4 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NÉs nos 3.5 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NÉs nos 3.6 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados;
- NÉs no 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NÉs nos 3.8 e 6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

#### 2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

### 3. Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

#### 3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### 3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### 3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### 3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revistas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

#### 3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

#### 3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

#### 3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

#### 3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Generation Scaling Factor - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

#### 3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não), que será necessária saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos con-

tabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

#### 3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

#### 3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### 3.8 Tributos

##### 3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

##### 3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

##### 3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

#### 3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

#### 3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);
- CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);
- CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	4.861	6.910
Aplicações financeiras de liquidez imediata	348.380	277.714
	353.241	284.624

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 100% e 101,0% (entre 96% e 101,0% em 2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 5. Clientes

	Saldos vencidos a mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais	52.392	33	52.425
CCEE	31.884	-	31.884
	84.276	33	84.309

### 6. Tributos

#### 6.1 Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.586	1.620
ICMS a recuperar	1.180	1.225
	3.766	2.845
<b>Ativo não circulante</b>		
ICMS a recuperar	57	323
Outros tributos a compensar	618	327
	675	650
<b>Passivo circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	122.906	130.875
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.273	4.715
Outros tributos	598	801
	127.777	136.391

#### 6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2023
<b>Ativo não circulante</b>					
Provisão para P&D e PEE	670	807	1.477	-	1.477
Perdas de créditos esperadas (PECLD)	-	2	2	1	3
Provisões de passivo omissio	172	1.059	1.231	(110)	1.121
	842	1.868	2.710	(109)	2.601
<b>(-) Passivo não circulante</b>					
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	113.601	(37.866)	75.735	(37.866)	37.869
	113.601	(37.866)	75.735	(37.866)	37.869
<b>Líquido</b>	(112.759)	39.734	(73.025)	37.757	(35.268)

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2024	1.861	(37.869)
2025	738	-
	2.599	(37.869)

### 7. Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 15 a 42 meses a partir do final do período de relatório

Categoria	Indexador	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	16.388	14.750

### 8. Imobilizado

#### 8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.462)	1.410	2.337.872	(2.336.406)	1.466
Máquinas e equipamentos	583.007	(302.774)	280.233	577.537	(292.054)	285.483
Edificações	654.260	(642.938)	11.322	654.260	(641.799)	12.461
Terrenos	15.193	-	15.193	15.203	-	15.203
Móveis e utensílios	1.351	(1.115)	236	1.360	(1.105)	255
	3.591.683	(3.283.289)	308.394	3.586.232	(3.271.364)	314.868
<b>Em curso</b>						
Custo	10.133	-	10.133	299	-	299
	10.133	-	10.133	299	-	299
	3.601.816	(3.283.289)	318.527	3.586.531	(3.271.364)	315.167

#### 8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2023	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	1.465	-	(56)	-	-	1.409
Máquinas e equipamentos	285.479	-	(11.054)	(15)	5.815	280.225
Edificações	12.461	-	(1.139)	-	-	11.322
Terrenos	15.203	-	-	(10)	-	15.193
Móveis e utensílios	260	-	(39)	(2)	26	245
	314.868	-	(12.288)	(27)	5.841	308.394
<b>Em curso</b>						
Custo	299	15.675	-	-	(5.841)	10.133
	299	15.675	-	-	(5.841)	10.133
<b>Total</b>	315.167	15.675	(12.288)	(27)	-	318.527

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2023
<b>Em serviço</b>					
Reservatórios, barragens, adutoras	8.329	-	(6.864)	-	1.465
Máquinas e equipamentos	294.959	-	(10.918)	1.438	285.479
Edificações	13.628	-	(1.167)	-	12.461
Terrenos	15.203	-	-	-	15.203
Móveis e utensílios	299	-	(39)	-	260
	332.418	-	(18.988)	1.438	314.868
<b>Em curso</b>					
Custo	562	1.175	-	(1.438)	299
	562	1.175	-	(1.438)	299
<b>Total</b>	332.980	1.175	(18.988)	-	315.167

Em 25.03.2023, após encerramento da parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina. Os procedimentos de recuperação foram concluídos em dezembro de 2023 e a montagem do equipamento na usina está em andamento, com retorno da operação da unidade geradora previsto para ocorrer até abril de 2024.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

### 9. Intangível

Taxas médias de depreciação (%)	em serviço	Total
<b>Em 1º.01.2022</b>	346.433	346.433
Quotas de amortização - concessão (a)	(115.491)	(115.491)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	(8)
<b>Em 31.12.2022</b>	230.934	230.934



## 16. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023		31.12.2022	
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(61.983)	-	-	-	(61.983)	(28.632)		
Encargos de uso da rede elétrica	(159.227)	-	-	-	(159.227)	(148.610)		
Pessoal e administradores	-	-	(3.036)	-	(3.036)	(2.790)		
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(356)	-	(356)	(297)		
Material	(1.644)	-	-	-	(1.644)	(853)		
Serviços de terceiros	(30.974)	-	(1.078)	-	(32.052)	(38.783)		
Depreciação e amortização	(127.724)	-	(8)	-	(127.732)	(134.432)		
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(1.637)	(1.637)	(1.596)		
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	(10)		
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(2)	-	-	(2)	(7)		
Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.hídricos	(36.847)	-	-	-	(36.847)	(36.847)		
Outros custos e despesas operacionais	(5.361)	-	(169)	(2.907)	(8.437)	(5.986)		
	(423.760)	(2)	(4.647)	(4.544)	(432.953)	(398.843)		

## 17. Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e encargos sobre mútuo	-	8.766
Rendimento de aplicações financeiras	28.269	17.525
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.331)	(1.231)
Outras receitas financeiras	356	176
	<b>27.294</b>	<b>25.236</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	659	401
Outras despesas financeiras	1	121
	<b>660</b>	<b>522</b>
<b>Líquido</b>	<b>26.634</b>	<b>24.714</b>

## 18. Instrumentos Financeiros

### 18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	353.241	353.241	284.624	284.624
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	16.388	16.388	14.750	14.750
			<b>369.629</b>	<b>369.629</b>	<b>299.374</b>	<b>299.374</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5		84.309	84.309	88.764	88.764
			<b>84.309</b>	<b>84.309</b>	<b>88.764</b>	<b>88.764</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>453.938</b>	<b>453.938</b>	<b>388.138</b>	<b>388.138</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)	10		23.045	23.045	23.379	23.379
			<b>23.045</b>	<b>23.045</b>	<b>23.379</b>	<b>23.379</b>
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>23.045</b>	<b>23.045</b>	<b>23.379</b>	<b>23.379</b>

Os níveis de hierarquia para a apuração do valor justo são apresentados a seguir:  
**Nível 1:** informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.  
**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

### Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

### 18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais. A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha. Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

#### 18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2023
<b>31.12.2023</b>				
Fornecedores	22.536	509	-	23.045
	<b>22.536</b>	<b>509</b>	-	<b>23.045</b>
<b>31.12.2022</b>				
Fornecedores	22.703	615	61	23.379
	<b>22.703</b>	<b>615</b>	<b>61</b>	<b>23.379</b>

### Risco de taxa de juros e variações monetárias

	Risco	Base 31.12.2023	Cenários projetados - dez. 2023	
			Provável	Cenário 1
<b>Ativos financeiros</b>				
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	16.388	17.863	17.494
		<b>16.388</b>	<b>17.863</b>	<b>17.494</b>

#### 18.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidroclimáticas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidroclimáticas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamento.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis durante os anos de 2022 e 2023, estima-se que o risco de falta energia em 2024 esteja minimizado.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

#### 18.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como

PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, concedendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD. Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a

recuperação oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhoria do cenário hidrológico em 2022 e em 2023.

#### 18.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões pelo regime de cotas de garantia física.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG - Receita Anual de Geração).

As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de

alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Companhia teve seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga da usina contemplada pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga desta usina por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Em 25.11.2022 a Copel manifestou junto ao poder concedente o interesse na obtenção da outorga por trinta anos para a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Em 12.04.2023 foi publicada a Portaria nº 726/2023, estabelecendo as condições complementares à outorga do novo contrato de concessão. Conforme descrito na NE nº 1, foi concluído o processo de transformação da Copel em "Corporação", o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina.

#### 18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

## 19. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
<b>Controlador</b>								
<b>Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)</b>								
Dividendos	-	-	55.460	125.978	-	-	-	-
Contratos de mútuo (a)	-	-	-	-	-	8.766	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	652	691	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	4.131	3.994	-	-	(26.731)	(28.921)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	421	389	-	-	(7.357)	(7.563)
<b>Entidades sob controle comum</b>								
<b>Copel Distribuição S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(417)	(88)
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	175	176	-	-	-	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(77)	(563)
<b>Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.</b>								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	38	45	-	-	-	-
<b>Copel Comercialização S.A.</b>								
Suprimento de energia elétrica	52.393	63.157	-	-	800.879	783.490	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(41.472)	(17.357)
<b>Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(57)	(51)
<b>Marumbi Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(113)	(110)
<b>Uirapur Transmissora de Energia S.A.</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(115)	(118)
<b>Nova Asa Branca I Energ. Renov</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	924	774	-	-
<b>Nova Asa Branca II Energ. Renov</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	798	666	-	-
<b>Nova Asa Branca III Energ. Renov</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	718	319	-	-
<b>Nova Eurus IV Energ. Renov</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.049	879	-	-
<b>GE Boa Vista</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	413	348	-	-
<b>GE Farol</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	367	310	-	-
<b>GE Olho D'Água</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.541	1.287	-	-
<b>GE São Bento do Norte</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.875	1.567	-	-
<b>São Bento do Norte I S.A.</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	27	-	-
<b>São Bento do Norte II S.A.</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	27	-	-
<b>Central Eólica SRMM II SA</b>								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	106	-	-	-
<b>Empreendimentos controlados em conjunto pela Copel GeT</b>								
<b>Caiuá Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(49)	(49)
<b>Integração Maranhense Transmissora</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(213)	(215)
<b>Matrinchã Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.184)	(1.269)
<b>Guaraciaba Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(611)	(574)
<b>Paranaíba Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(745)	(823)
<b>Cantareira Transmissora de Energia</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(595)	(646)
<b>Mata de Santa Genebra Transmissora</b>								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.357)	(1.377)
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários e encargos sociais (c)	-	-	-	-	-	-	(270)	(260)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(11)	(6)
<b>Outras partes relacionadas (d)</b>								
<b>Lactec</b>								
Companhia de Saneamento do Paraná	-	-	-	-	-	-	(1.027)	(115)
	-	-	-	-	-	-	(44)	(47)
<b>Simepar</b>								
	-	-	83	-	-	-	(996)	(862)

- Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023. Em 27.05.2022 foi liquidado o valor total do mútuo.

- despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora. As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

- A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

- O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Osci, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA e UEG Araucária, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuidade da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de amplitude, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

## 20. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segura
Riscos Nomeados	24.08.2024	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033

(a) O valor da importância segura do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

Curitiba, 11 de abril de 2024

**Marcio Raphael Ploszaj**

Diretor Técnico